



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo Gestão de Políticas Sociais

Práticas de Economia Solidária na Cadeia Pública Feminina de Londrina: Uma possibilidade de (re) começo

Solidarity Economy Practices in the Female Public Prison of Londrina: A Possibility of (Re)Start

Taila Angélica Aparecida da Silva ¹
Eliézer Ferreira Camargo²

Resumo. Esse trabalho é fruto das atividades desenvolvidas na Cadeia Pública Feminina de Londrina Paraná, em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina a Secretaria Municipal de Londrina e o Programa Municipal de Economia Solidária do Município de Londrina. As práticas de Economia Solidária as quais são desenvolvidas dentro da unidade da Cadeia Pública Feminina de Londrina começaram a ser fomentadas em 2021. Hoje temos a primeira unidade de regime fechado a desenvolver práticas de Economia Solidária em uma unidade de Regime fechado feminina que se tem registros no Brasil. O texto tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas dentro da unidade em consonância com as parcerias e ressaltar a importância da atuação dentro do Programa Municipal de Economia Solidária dentro da unidade, como uma possibilidade de esperança e de (re) começo para as mulheres privadas de liberdade.

Palavras-chave: Mulheres privadas de liberdade; Economia Solidária; Assistência Social.

Abstract: This work is the result of activities carried out at the Female Public Prison of Londrina, Paraná, in partnership with the Archdiocesan Caritas of Londrina, the Municipal Secretariat of Londrina, and the Municipal Solidarity Economy Program of the Municipality of Londrina. The Solidarity Economy practices developed within the premises of the Female Public Prison of Londrina began to be fostered in 2021. Today, we have the first closed regime unit to develop Solidarity Economy practices in a female closed regime unit that is documented in Brazil. The text aims to report the activities carried out within the unit in line with the partnerships and to highlight the importance of participating in the Municipal Solidarity Economy Program within the unit as a possibility of hope and (re)start for incarcerated women.

Keywords: Incarcerated Women; Solidarity Economy; Social Assistance.

¹ Coordenadora de Projetos - Cáritas Arquidiocesana de Londrina. Professora da educação Básica – Prefeitura Municipal de Cambé. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Email: tailaangelicasilva@gmail.com.

² Coordenador de comercialização – Cáritas Arquidiocesana de Londrina. Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: eliezerfcamargo@gmail.com.



Introdução

O Brasil ocupa uma posição alarmante no cenário global referente à população carcerária. Com relação às mulheres, segundo o relatório World Female Imprisonment List, o país se destaca como o terceiro com o maior número de detentas no mundo, totalizando 42.694, ficando atrás da China, com mais de 145.000 e dos Estados Unidos, que lideram com 211.375 mulheres encarceradas (FAIR; WALMSLEY, 2022; MAISHA, 2024; FOLHA DE S. PAULO, 2023 apud PAIVA, 2023; DALBEN, 2023). O número de mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade tem crescido nos últimos 20 anos, como apontam Cavalheiros, de Araújo e de Souza (2023) e Gonçalves (2023). Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, aproximadamente 43 mil mulheres encontravam-se em situação de privação de liberdade no país e destas, aproximadamente 45% estavam em prisão preventiva (GONÇALVES, 2023; BRASIL, 2021).

Os dados levantados pelo Ministério da Justiça, 5,4% do total de presos no país, são mulheres (BRASIL, 2021). Apesar do aumento da população carcerária feminina, supracitados pelos autores, o governo do estado do Rio Grande do Sul (2023) na cartilha *Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas* aponta que a estrutura prisional permanece defasada, uma vez que a construção de unidades prisionais, são voltadas para a demanda e necessidades do público masculino, resultando em escassez de unidades que atendam as especificidades femininas.

Com relação à realidade paranaense, segundo o relatório de Informações Penais de 2023, o estado é o terceiro que mais possui mulheres encarceradas no país, contando com 1791 mulheres privadas de liberdade, perdendo apenas para Minas Gerais (2.507) e São Paulo (8.566) (BRASIL, 2024). O estado do Paraná possui 4 penitenciárias femininas localizadas em Foz do Iguaçu(1), Pinhais(1), Piraquara (2) e 10 cadeias públicas femininas localizadas em Senguel, Ponta Grossa, Pitanga, Santo Antônio da Platina, Londrina, Antônio, Goioerê, Gampo Mourão, Corbélia e Palotina (PARANÁ, 2024).

Para tanto, este texto traz discussões acerca do Programa Municipal de Economia Solidária do Município de Londrina no que tange às as atividades desenvolvidas dentro da unidade da Cadeia Pública feminina de Londrina - Paraná em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina.

As atividades desenvolvidas na Cadeia Pública Feminina de Londrina

A unidade da Cadeia Pública Feminina do Município de Londrina - PR é um espaço ao qual foi reformada e adaptada para receber mulheres. O espaço em que antes funcionava uma unidade de custódia masculina passou a receber mulheres. Após a reforma, a unidade feminina foi inaugurada em fevereiro de 2020 e tem capacidade para receber 176 mulheres



(PARANÁ, 2020). A unidade conta com dois pátios descobertos, duas salas de aula, uma sala para atendimento odontológico, enfermeiro e médicos, psicólogos e assistente social, visitam a unidade periodicamente conforme a demanda. A unidade conta também com duas funcionárias concursadas, sendo uma a diretora da unidade e outra a chefe de segurança. A equipe de segurança e administrativa é toda contratada por uma empresa terceirizada para desenvolver o trabalho. A unidade conta também com projetos de remição de pena. Uma escola que oferta desde a alfabetização ao Ensino Médio, pátios para banho de sol e visitas, oficinas de artesanato com voluntários, e conta também com uma cozinha industrial inaugurada recentemente para a oferta de cursos e oficinas.

A unidade tem realizado algumas parcerias com fábricas, instituições e igrejas para oportunizar para as mulheres privadas de liberdade, cursos de capacitação profissional, oficinas e atividades que contribui para a ressocialização e remissão de pena. Dentre as quais se destacam o Projeto Recomeço, que facilita espaços de produção e desenvolvimento de peças de artesanato, como crochês e amigurumis, o Cabide Solidário, que arrecada vestuários para atender as mulheres egressas do sistema carcerário de Londrina, o Marmita Zero, que trabalha a substituição de embalagens de alimentação visando a redução de lixo (PARANÁ, 2020), Maisha, que executa o projeto social que facilita cursos de crochê e com o enfoque na prática restaurativa e no desenvolvimento social, com o objetivo de reduzir a reincidência criminal (MAISHA, 2025), o *Ateliê das histórias – Reinventando Contos e Tecendo Novas Histórias*, que visa promover a discussão e a desconstrução dos estereótipos de gênero, utilizando histórias como ferramenta para questionar as representações convencionais de feminilidade e masculinidade (DALBEN, 2023) e o *Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva – Modalidade II: Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Geração de Trabalho e Renda*, o qual integra as atividades de orientação produtiva segundo os princípios solidários. É um projeto executado pela Secretaria Municipal da Assistência Social e apoiada pela Caritas Arquidiocesana de Londrina (INCLUSÃO PRODUTIVA, 2024). O desenvolvimento desta assessoria, resultou na formação de um grupo na cadeia feminina chamado *Artes e Recomeço*, objeto deste trabalho.

Um dos grandes desafios enfrentados pelo projeto de economia solidária dentro da unidade é a falta de espaço físico, pois as atividades ficam na dependência de haver uma sala de aula vazia, ou de do pátio, que conta com as condições climáticas. Além de que os insumos para a realização das atividades ficam à mercê de doações ou através das instituições as quais vão desenvolver as atividades.



O programa Municipal de Economia Solidária do Município de Londrina

Pode-se considerar a economia solidária como um modo de produção alternativo ao vigente, cujos “princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002 p. 10). Para Singer (2002), através destes princípios básicos, todos os trabalhadores serão possuidores de capital de forma igualitária, atuando de forma cooperada. Portanto, em um empreendimento solidário difere-se de um empreendimento capitalista no que tange à autogestão do empreendimento: as divisões de trabalho e ganhos financeiros serão decididas mediante decisões coletivas e todos os trabalhadores que dela participa tem direito igual de voto (SINGER, 2002; 2008).

Singer (2008) também define que existem as razões da Economia Solidária, que são: Acolher os trabalhadores que estejam desempregados ou subempregados; Alternativa de trabalho a forma capitalista de trabalho assalariado; Busca da emancipação humana por meio do trabalho e geração de renda; Atender e trabalhar com grupos e comunidades em situação vulnerabilidade.

O processo de institucionalização da Economia Solidária no Brasil e seu reconhecimento político começa 2003 com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (FBES, 2024). Em 2006 temos a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAE) discutiu, entre outros temas, propostas de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária (II CONAES).

Em 2010, a II CONAES celebrou os avanços das políticas públicas até aquele momento, enfatizando a necessidade de e estabelecer planos e ações de financiamento de projetos e de empreendimento solidários (FBES, 2024; II CONAES, 2010). Contudo, Da Silva (2011) apresenta os desafios quanto ao desenvolvimento dos meios de comercialização.

Apesar dos avanços, permanecem limites para o acesso dos empreendimentos econômicos solidários aos mercados, inclusive ao mercado institucional das compras governamentais. De modo geral, é preciso enfrentar o desafio da comercialização para que os trabalhadores(as) da economia solidária possam viver dignamente de seu trabalho a partir do reconhecimento e conscientização da população quanto à origem social e ambiental dos seus produtos e serviços. (DA SILVA, p. 59, 2011).

O Programa Municipal de Economia Solidária existe desde 2005 e somente no ano de 2006 o Programa é de fato reconhecido por meio da Lei Orgânica ao qual corresponde ao disposto no art. 25 da Lei Orgânica de Assistência Social, na Seção afeta aos Projetos de Enfrentamento à Pobreza. No mesmo ano, a lei municipal nº 9.989/2006 autoriza o município a realizar parcerias para a execução do Programa Municipal de Economia Solidária (LONDRINA, 2006). Desde então o Programa Municipal de Economia Solidária é executado



por instituições parceiras, através do público e privado onde no decorrer dos anos já passaram algumas instituições para executar o programa.

Hoje, *O Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva: Modalidade II*³- *Fortalecimento de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda*” está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, desde o ano de 2005 e desde de março de 2021 é desenvolvido em regime de parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina⁴.

O público prioritário são pessoas desempregadas, que estão fora do mercado de trabalho a um tempo e possuem algum tipo de habilidade ou formação ao possam produzir e vender. Para participar de qualquer um dos projetos do programa é necessário possuir cadastro unico da assistencia social. O programa tem como público prioritário também pessoas em situação de privação de liberdade, imigrantes, refugiados e apátridas, pessoal em situação de superação de rua, indígenas, assentados da reforma agrária e pessoas que trabalham com coleta seletiva.

As atividades de Economia Solidária dentro da Unidade da Cadeia Pública Feminina de Londrina

A maior parte das mulheres encarceradas na Cadeia Pública Feminina desta unidade possui entre 20 e 45 anos, e estão presas em sua maioria por tráfico ou associações, são mulheres com vidas sofridas desde a infância, marcadas por agressões, abusos sexuais, em sua maioria de origem pobre, grande parte delas cresceram sem a figura paterna, tendo a mãe, avó, etc., como uma figura de alicerce, em sua maioria, as mulheres encarceradas foram levadas ao crime por parceiros amorosos, são a principal fonte de renda da família, e antes de entrarem no cárcere muitas estavam trabalhando no mercado informal, possuem filhos.

As primeiras aproximações com a unidade da Cadeia Pública Feminina de Londrina se iniciaram no ano de 2021 com a ajuda da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Londrina. As atividades inaugurais da equipe da Cáritas, focaram na oferta de cursos de capacitação profissional para as mulheres privadas de liberdade. O recurso investido pela Cáritas foi para a compra de insumos, enquanto que os facilitadores, os quais deram os cursos,

³ O programa Municipal de Economia Solidária se divide em dois projetos, o Inclusão Produtiva Modalidade I, ao qual visa a capacitação profisisonal de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em que é executado pela instituição parceira do Município Clube das Mães Unidas. E o Inclusão Produtiva Modalidade II ao qual é executado em regime de parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, e tem como objetivo gerar trabalho e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Site do Clube das Mães Unidas: <https://www.clubedasmaesunidas.org.br/>

⁴ A Cáritas Arquidiocesana de Londrina foi fundada em 1996. É uma instituição presente em mais de 180 países e as suas ações são focadas na garantia e defesa dos direitos humanos de pessoas e grupos que se encontram em situação de risco. Site da Cáritas Arquidiocesana de Londrina: <https://caritaslondrina.com.br/dese2/>



foram compostos por professores voluntários, alguns deles participantes do Programa Municipal de Economia Solidária. Estes voluntários, ao mesmo tempo que foram facilitadores, forma multiplicadores, pois passaram seus conhecimentos para as mulheres privadas de liberdade.

No ano de 2021, por tanto, foram ofertados 3 cursos de capacitação profissional, sendo um de crochê inicial, para as mulheres privadas de liberdade do seguro, sendo esse o primeiro curso ao qual se tem registro a ser realizado com mulheres em regime fechado do seguro, um curso de amigurumi, e um curso de bordado em bastidores. No fim do ano de 2022 e início do ano de 2023 foi ofertado um curso de bolsas de fio de malha.

Embora a capacidade da unidade seja de cerca de 176 mulheres, sabe-se que a realidade muitas vezes é outra, e a mesma opera para além da sua capacidade limite. Em questão de estrutura e financiamento para os cursos acontecerem era inviável que fosse aplicado na unidade inteira, entretanto participaram de cada curso cerca de 10 a 15 mulheres, e as técnicas ensinadas durante o curso, foram disseminadas por toda a unidade. Segundo relatos da própria diretora da unidade, após o início das atividades de artesanato na unidade, os índices de violência dentro da unidade diminuíram, pois foi dado a essas mulheres uma oportunidade para além de passarem o tempo e ocuparem suas cabeças, foi dado a esperança de um recomeço.

Em maio de 2022 iniciaram-se a formalização dos dois primeiros econômicos solidários a funcionarem em uma unidade de regime fechado para mulheres privadas de liberdade em parceria com o Programa Municipal de Economia Solidária e a Cáritas Arquidiocesana de Londrina.

Embora haja diversas iniciativas no Brasil acerca de práticas de Economia Solidária a serem desenvolvidas com pessoas em situação de liberdade, tais práticas são realizadas com pessoas em regime semi-aberto ou aberto e quase não se tem registros de atividades acontecendo com o público das mulheres privadas de liberdade.

Passaram pelo projeto ao longo desse processo de assessoria, cerca de 40 mulheres, vinculadas diretamente ao Programa Municipal de Economia Solidária. As mulheres produzem produtos de amigurumi, bordado em bastidor, itens para casa de crochê e bolsas de fio de malha.

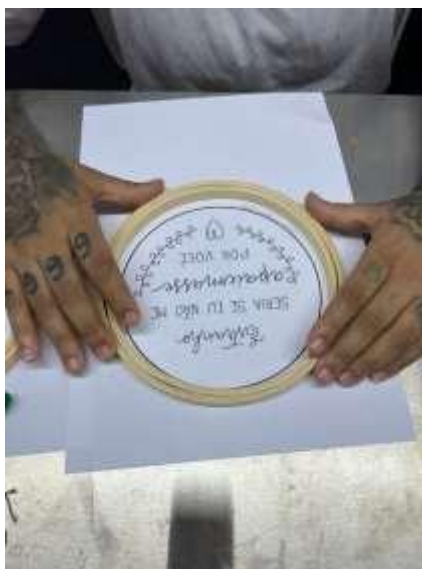


Figura 1 – Atividades desenvolvidas pelas mulheres privadas de liberdade.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 2 – Atividades desenvolvidas pelas mulheres privadas de liberdade técnica em bordado em bastidor.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Os produtos feitos pelas mulheres privadas de liberdade são comercializados dentro da rede de comercialização do Programa Municipal de Economia Solidária, sendo vendidos nas lojas, feiras e eventos. Os princípios da Economia Solidária são aplicados a cada oficina. Além dos aspectos produtivos e técnicos, são abordados junto com as mulheres, a precificação do produto. Os técnicos do programa, por sua vez, apenas realizam o processo de assessoramento e mediação.

Os produtos acabados são vendidos no Centro Público de Economia Solidária Sandra Regina Nishimura ou nas feiras de economia solidária de Londrina (FEISOL). O



dinheiro com a venda dos produtos é gerido por um membro da comissão dos empreendimentos econômicos solidários, onde é realizada a prestação de contas mensalmente para os grupos e elas fazem a gestão do fluxo de caixa, decidindo o que fazer com esse valor. Na maioria das vezes o valor obtido pelas mulheres é reinvestido em insumos para a produção de novos produtos, material de consumo individual ou coletivo.

Como enfatizado anteriormente, muitas das mulheres são abandonadas por suas famílias, ou estão distantes das mesmas e essas não possuem recursos para visitas semanalmente, para tanto em acordo com o grupo todo, as mulheres decidiram que essas que não possuem o apoio de suas família recebendo as sacolas semanalmente, ou jumbo como é dito, com produtos de higiene pessoal e itens como bolachas e pães, é acordado que elas façam uma retirada do valor em caixa para que possam ser comprados esses itens de forma que possa ser suprido as demandas que o estado não atende.

O trabalho desenvolvido com as mulheres privadas de liberdade é de extrema relevância, as atividades que vêm sendo desenvolvidas dentro da Unidade da Cadeia Pública Feminina de Londrina foram reconhecidas nacionalmente, e ganhou no ano de 2023 o primeiro lugar no II Prêmio Paul Singer de Boas Práticas acadêmicas em Economia Solidária, como projeto inovador desenvolvido com mulheres privadas de liberdade.

Considerações Finais

O trabalho relata a experiência do projeto de economia solidária na Cadeia Pública Feminina de Londrina. Em 2021 iniciou-se o projeto com a Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Londrina e desde então, a Caritas Arquidiocesana de Londrina facilitou espaços de oficinas técnicas e assessorias por meio do Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva – Modalidade II: Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Geração de Trabalho e Renda, ligado ao Programa Municipal de Economia Solidária, a qual a Cáritas executa por meio de termo de cooperação da Secretaria Municipal da Assistência Social executa.

Para tanto as iniciativas de Economia Solidária desenvolvidas na Cadeia Pública Feminina de Londrina, transcendem a mera produção para a comercialização de produtos. Visa cumprir a função social essencial: a reinserção produtiva de mulheres em regime de privação de liberdade. Através de atividades coletivas de oficinas e produtivas da que resulta na remissão de pena, as participantes podem identificar oportunidades laborais por meio do artesanato e trabalhos manuais ainda não exploradas.

Dessa forma, a criação e a produção manual, a partilha de conhecimentos e experiências, e, subsequentemente a comercialização de seus produtos, representam um



elemento fundamental para fomentar a esperança entre as mulheres privadas de liberdade. Esperança de que sim, é possível RECOMEÇAR com humanidade e dignidade.

Referências

II CONAES. II Conferência nacional de Economia Solidária. **Anais**. Brasília: SENAES/MTE, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 02/03/2024.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Nova Cadeia Feminina de Londrina intensifica trabalho e estudo**. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Nova-Cadeia-Feminina-de-Londrina-intensifica-trabalho-e-estudo>. Acesso em: 22 mai. 2025

BRASIL. Ministério da justiça. **Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN Infopen 2021**. Ministério da Justiça: Departamento Penitenciário Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/brasil>. Acesso em: 21 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de informações Penais: 15º Ciclo SISDEPEN 2º semestre de 2023**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CARITAS ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA. **Inclusão Produtiva – Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva – Modalidade II: Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Geração de Trabalho e Renda**. Londrina: Cártias, 2024. Disponível em: <https://caritaslondrina.com.br/dese2/inclusao-produtiva/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CAVALHEIROS, Anne Lúcia; DE ARAÚJO, Darlene Marques Torres; DE SOUZA, Gustavo Reis Branco. As mulheres encarceradas e o dilema em exercer o papel de mãe. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 14765-14777, jul./ago., 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/61370>. Acesso em: 21 mai. 2025.

DA SILVA, Roberto Marinho Alves. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/1299689283_arquivo_politicaspublicasdeeeconomiasolidariano_brasil.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

DALBEN, Maria. UEL e Polícia Penal ofertam curso para mulheres da Cadeia Pública de Londrina. **O Perobal**, Londrina, 25 out. 2023. Disponível em: <https://operobal.uel.br/extensao/2023/10/25/uel-e-policia-penal-do-parana-ofertam-curso-para-mulheres-da-cadeia-publica-de-londrina/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. **World Female Imprisonment List**. Londres: Institute for Crime & Justice Policy Research, 2022. Disponível em:



https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf. Acesso em: 21 mai. 2025

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2024. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

GONÇALVES, Eliane. Brasil tem a terceira maior população carcerária feminina do mundo. **Rádio Agência**, São Paulo, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-08/brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo>. Acesso em: 20 mai 2025.

MAISHA. **Projetos**: Cadeia pública de Londrina. Londrina: Maisha, 2024. Disponível em: <https://maishasocial.com.br/cadeiapublicafemininadelondrina/>. Acesso em: 21 mai. 2025

LONDRINA (município). Lei nº 9.989/2006. Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos a título de auxílios a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos que atuam nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação. **Jornal Oficial**, Londrina, n. 767, p. 5, 13 jul. 2006. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-controladoria/decretos-1/14903-lei-municipal-9989-2006/file>. Acesso em: 22 mai. 2025.

PAIVA, Pamela de Gracia. Quem são as mulheres encarceradas no Paraná? Mais do que estatísticas, subjetividades e sentimentos nas cartas endereçadas aos excelentíssimos juízes. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 30, n. 02, p. 231–250, 2023. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2023.212336. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/212336>. Acesso em: 22 maio. 2025.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Segurança Pública – Polícia Penal do Paraná, **Telefones e endereços**. Paraná: Secretaria da Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/enderecos-deppen>. Acesso em: 22 mai. 2025.

RIO GRANDE DO SUL (estado). Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo. **Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas**. Governo do Estado do RG, 2023. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/upload/arquivos/202212/12112027-atencao-as-mulheres-privadas-de-liberdade-e-egressas.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

SINGER, Paul. Introdução à **Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

SINGER, Paul. **Economia solidária**. Estudos avançados, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008